

**Governo avalia aumento de 5% a servidores**

NA VÉSPERA DA ELEIÇÃO

**GOVERNO AVALIA REAJUSTE GERAL**

Proposta é aumentar salário de servidor em 5% a partir de julho. Impacto seria de R\$ 5 bi

GERALDA DOCA E  
MANOEL VENTURA  
economia@oglobo.com.br

O governo do presidente Jair Bolsonaro estuda conceder reajuste salarial de 5% a todos os servidores federais a partir de julho, às vésperas da eleição presidencial, marcada para outubro. A medida teria impacto de R\$ 5 bilhões neste ano, segundo técnicos da equipe econômica. O debate reflete as idas e vindas em relação ao reajuste do funcionalismo, além da busca por melhorar a imagem do presidente junto a servidores em ano eleitoral.

A data-limite para qualquer reajuste é 30 de junho em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na avaliação do Ministério da Economia.

Mesmo que custe R\$ 5 bilhões neste ano, o reajuste tem impacto permanente, já que se trata de despesa obrigatória de caráter continuado. O impacto tende a ser maior nos próximos anos.

Outro cenário em estudo pelo governo é conceder aumento só para Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promessa feita por Bolsonaro e que irritou as demais categorias do Executivo.

O governo volta a discutir o reajuste pressionado por movimentos liderados pela elite do funcionalismo, como servidores do Banco Central (BC) e da Receita Federal. No BC, o vencimento inicial é de R\$ 19.197,06. A proximidade da eleição e a disputa com governadores também fazem parte desse contexto. Como mostrou o GLOBO semana passada, 26 dos 27 chefes de Executivos estaduais já concederam ou apresentaram propostas que elevam rendimento dos servidores. Somadas, as medidas custarão ao menos R\$ 28 bilhões aos governos locais.

**CRONOGRAMA CONTROVERSO**

As conversas no governo, porém, ainda estão sendo conduzidas entre ministros. A decisão final é do presidente. Ainda não é possível apontar qual caminho ele está se inclinando a seguir. Até agora, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra reajustes salariais por entender que isso incha a máquina pública. Auxiliares do ministro têm dito que não há espaço no Orçamento para aumentos

generalizados. A exceção é a reserva de R\$ 1,7 bilhão para os policiais federais.

O governo bloqueou neste mês R\$ 1,7 bilhão do Orçamento por falta de espaço no teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação). O espaço para reajustes, porém, foi preservado. Portanto, um reajuste salarial desta magnitude apertaria ainda mais as contas públicas, sendo necessário fazer cortes em outras áreas.

A área jurídica do Ministério da Economia entende que há dois prazos distintos a respeito da concessão de reajus-



*“Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo”*

Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira Athias Advogados

tes para servidores públicos, de acordo com técnicos da equipe econômica. O primeiro é dado pela Lei Eleitoral, que proíbe conceder revisão geral de remuneração — ou seja, aumento a todos — no ano eleitoral (a qualquer tempo) em percentual superior à inflação oficial.

O ministério entende que é possível, portanto, conceder aumento até o limite da inflação a todos.

Há um segundo prazo estabelecido pela LRF. A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal, co-

mo reajuste em benefícios, seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder — ou seja, a partir de julho.

O chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu em rede social aumento do vale-alimentação a todo o funcionalismo no lugar de um reajuste. “Aumentar o ticket-alimentação para todos num valor que caiba dentro dos R\$ 1,7 bi ajudando proporcionalmente mais quem ganharmos me parece a melhor solução”, escreveu.

O advogado Filipe Coutinho da Silveira, sócio do Silveira

Athias Advogados, afirmou que a lei eleitoral não impede o governo de dar compensação pela perda do poder aquisitivo por causa da inflação:

— A lei quer que todo mundo que participe das eleições tenha igual possibilidade de ser eleito. Aquele governante que está dirigindo a máquina pública, se ele deixar para o ano da eleição esse tipo de melhoria, acaba criando, ainda que indiretamente, uma espécie de propaganda para o próprio governo. Por isso há essa limitação no ano eleitoral. Quem descumprir pode ser processado por improbidade administrativa.

Mariana Rabelo, sócia do Carneiros e Dipp Advogados, especializada em Direito Eleitoral, vai na mesma linha:

— O que a lei veda é uma revisão geral do salário dos servidores. Se ficar dentro da inflação não há problema.

**INDEFINIÇÃO DO GOVERNO**

No início do ano, em consultas informais feitas por auxiliares de Bolsonaro, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avisaram que conceder reajustes para categorias específicas, como a de policiais federais, poderia desencadear ações na Corte cobrando o mesmo tratamento a todos os servidores. O alerta dos ministros do STF ao governo é o de que o Supremo pode obrigar o “alinhamento” do tratamento dado a uma categoria às demais carreiras do Executivo, após dois anos de reajustes suspensos.

Os funcionários de União, estados e municípios passaram dois anos (2020 e 2021) sem reajustes, como contrapartida ao aumento de gastos decorrentes da pandemia.

Com o fim da restrição, Bolsonaro foi o primeiro a falar de aumentos este ano. Em novembro último, prometeu reajuste caso o Congresso aprovasse a proposta de emenda à Constituição (PEC) que alterou o pagamento de precatórios (despesas do governo decorrentes de decisões judiciais). A PEC alterou o teto de gastos, abrindo espaço de R\$ 100 bilhões a despesas este ano. Com a reação negativa proposta, o presidente deixou de falar em reajuste linear, mas manteve a intenção de dar aumento aos policiais. Para o governo, integrantes da PF, da PRF e do Depen são algumas das principais bases eleitorais de Bolsonaro.



Idas e vindas. Governo volta a discutir reajuste em meio à pressão de servidores, como funcionários do Banco Central e da Receita Federal

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13